

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

# SOFRIMENTO E ESTIGMATIZAÇÃO: DESAFIOS ENFRENTADOS POR JOVENS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, EM MARIANA (MINAS GERAIS, BRASIL)

Elodia Honse Lebourg, Rosa Maria da Exaltação Coutrim

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10439>

Submetido em: 2024-11-12

Postado em: 2024-12-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Juliana Batista dos Reis (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6477-5388>)

# **SOFRIMENTO E ESTIGMATIZAÇÃO: DESAFIOS ENFRENTADOS POR JOVENS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, EM MARIANA (MINAS GERAIS, BRASIL)**

**Elodia Honse Lebourg<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8521-0389>  
[ehlebourg@yahoo.com.br](mailto:ehlebourg@yahoo.com.br)

**Rosa Maria da Exaltação Coutrim<sup>2</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9510-1263>  
<[rosacoutrim@ufop.edu.br](mailto:rosacoutrim@ufop.edu.br)>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.

**RESUMO:** Neste artigo analisamos como os processos de socialização de jovens de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Camargos, atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana-MG, foram impactados pelo sofrimento e pelo enfrentamento de situações de estigmatização decorrentes do desastre. O estudo se referenciou teoricamente na Sociologia da Educação, na Sociologia das Juventudes e na Sociologia dos Desastres. A pesquisa foi materializada a partir de análise bibliográfica e documental, além do trabalho de campo, com a realização de 12 entrevistas. Relatos sobre estigmatização e sofrimento apareceram em todas as entrevistas. Esses jovens revelaram sentir forte angústia, desespero e medo. Os resultados do estudo permitiram a conclusão de que as experiências socializadoras dos jovens atingidos entrevistados estavam ocorrendo em um contexto de profunda afetação diante do desastre que marcou completamente suas vidas, sobretudo por seu caráter traumático e compulsório, agravado pela ausência de garantia de reparação justa e integral.

**Palavras-chave:** Juventudes; Socialização; Sofrimento; Estigmatização

## **SUFFERING AND STIGMATIZATION: CHALLENGES FACED BY YOUNG PEOPLE AFFECTED BY THE COLLAPSE OF THE FUNDÃO DAM IN MARIANA (MINAS GERAIS, BRAZIL)**

**ABSTRACT:** In this article we analyze how the socialization processes of young people from Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo and Camargos, affected by the collapse of the Fundão Dam, in Mariana-MG, were impacted by suffering and by facing situations of stigmatization resulting from the disaster. The study was theoretically referenced in the Sociology of Education, the Sociology of Youth and the Sociology of Disasters. The research was materialized from bibliographic and documentary analysis, in addition to fieldwork, with 12 interviews. Reports about stigmatization and suffering appeared in all interviews. These young people revealed that they felt strong anguish, despair and fear. The results of the study allowed the conclusion that the socializing experiences of the young people interviewed were taking place in a context of profound affectation in the face of the disaster

that completely marked their lives, especially due to its traumatic and compulsory nature, aggravated by the absence of a guarantee of fair and integral reparation.

**Keywords:** Youth; Socialization; Suffering; Stigmatization

## **SUFRIMIENTO Y ESTIGMATIZACIÓN: DESAFÍOS DE LOS JÓVENES AFECTADOS POR EL COLAPSO DE LA PRESA DE FUNDÃO EN MARIANA (MINAS GERAIS, BRASIL)**

**RESUMEN:** En este artículo analizamos cómo los procesos de socialización de jóvenes de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo y Camargos, afectados por el colapso de la Presa de Fundão, en Mariana-MG, fueron impactados por el sufrimiento y por enfrentar situaciones de estigmatización resultantes del desastre. El estudio se referenciaba teóricamente en la Sociología de la Educación, la Sociología de la Juventud y la Sociología de los Desastres. La investigación se materializó a partir del análisis bibliográfico y documental, además del trabajo de campo, con 12 entrevistas. En todas las entrevistas aparecieron informes sobre estigmatización y sufrimiento. Estos jóvenes revelaron que sentían una fuerte angustia, desesperación y miedo. Los resultados del estudio permitieron concluir que las experiencias socializadoras de los jóvenes entrevistados se dieron en un contexto de profunda afectación frente al desastre que marcó completamente sus vidas, especialmente por su carácter traumático y obligatorio, agravado por la ausencia de una garantía de reparación justa e integral.

**Palabras clave:** Juventudes; Socialización; Sufrimiento; Estigmatización

### **Introdução**

No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana-MG, de propriedade da Samarco Mineração, controlada pela Vale e pela BHP, duas das maiores mineradoras do planeta, marcou a história brasileira como o início do maior desastre socioambiental do país. Entre seus impactos, está a morte direta de 19 pessoas, um abortamento, o deslocamento compulsório de mais de 1.000 famílias em Mariana-MG, milhares de pessoas atingidas em cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo, o despejo de milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente e a destruição de patrimônio histórico e do ecossistema da Bacia do Rio Doce (MPMG, 2016; CNDH, 2017).

Em Mariana-MG, além de propriedades localizadas na zona rural, os distritos de Bento Rodrigues, com cerca de 600 habitantes, e de Paracatu de Baixo, com cerca de 500, foram devastados pela lama de rejeitos, o que levou a população sobrevivente a uma situação de perda de território e de reterritorialização forçada na sede ou em outras localidades do município para aguardar as decisões e ações relacionadas aos seus processos de reparação integral, ainda não assegurados no momento da escrita deste artigo, em 2024. Esse quadro resultou, entre outros, em estresse individual e coletivo, fragilidade dos vínculos comunitários e vulnerabilidade socioeconômica.

É nesse contexto que se insere a realidade dos participantes da pesquisa de doutorado em Educação que originou este artigo: jovens dos subdistritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Camargos que cursavam o Ensino Fundamental I no momento do rompimento da Barragem de Fundão e que, durante o trabalho de campo, realizado em 2022 e 2023, estavam matriculados no Ensino Médio (Lebourg 1, 2024). Com o deslocamento compulsório da população sobrevivente de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo para um espaço social diferenciado, na sede ou em outras localidades de Mariana-MG, novos marcos socializadores passaram a atuar sobre eles e a afetá-los, assim como aconteceu com crianças, adolescentes e jovens de Camargos, subdistrito cujos estudantes cursavam o Ensino Fundamental na Escola Municipal Bento Rodrigues, destruída pelo desastre, e que passaram a ir para a sede do município para continuarem estudando. Este é, portanto, um estudo sobre juventudes, que escutou e valorizou aquilo que os participantes da pesquisa tinham a dizer, em uma busca por experiências de indivíduos com histórias singulares (Reis; Dayrell, 2020).

Depois de mais de nove anos do desastre, esses jovens se tornaram a primeira geração de crianças atingidas a chegar à juventude e vários estavam lidando com outros processos de transição, além daquele provocado pela destruição de suas comunidades. Eles tiveram de se adaptar a escolas maiores e com mais estudantes no Ensino Médio, estavam criando novas redes de sociabilidades, viviam as primeiras experiências amorosas e profissionais, e começavam a fazer projetos para a vida adulta. Também enfrentavam a estigmatização praticada por parte da comunidade da sede de Mariana-MG e conviviam com quadros complexos de sofrimento – problemas que enfocamos neste texto.

Essas considerações levaram à formulação do objetivo principal da pesquisa voltado à compreensão de como foram afetados os processos de socialização de jovens atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão e matriculados no Ensino Médio em escolas de Mariana-MG ou de Ouro Preto-MG. Ao enfocarmos a socialização, nosso desafio foi compreender os jovens como indivíduos cujas experiências ultrapassavam suas relações familiares e sua condição de estudantes. Eles conviviam em espaços variados, em que lidavam com uma diversidade de pessoas e situações que envolviam seu contexto como pessoas atingidas por um desastre com proporções incalculáveis e ainda em andamento.

Nesta pesquisa, adotamos um conceito de socialização interdisciplinar, que se relaciona às oportunidades que os indivíduos têm de se fazer e refazer (Setton; Bozzetto, 2020) e busca reconhecer como funcionam os processos de constituição dos indivíduos e como se relacionam na sociedade (Reis, 2019). Quando nos interessamos em compreender como os processos de socialização dos jovens atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão foram afetados, estamos nos referindo ao processo no qual o ser biológico é transformado em ser social e que, conjugado à subjetivação e aos

contextos históricos e sociais, contribui para a determinação, ao longo da vida, da constituição de suas disposições comportamentais e mentais (Lahire, 2007).

Imersos em processos de individuação, a forma como os jovens encontram seu lugar na sociedade tende a resultar de uma reação à associação de diversos marcos socializadores (Lahire, 2007). Eles estão vivendo um processo contínuo de aproximações e afastamentos, de identificação e estranhamento em relação aos seus pares (Weiss, 2012), assim, a socialização, nessa fase da vida, pode atuar como um mecanismo de aquisição de conhecimento e informação, que influencia no seu processo de formação identitária, na adoção de novos estilos, de práticas culturais e na definição dos seus projetos de futuro (Dayrell, 2007).

A análise dos processos de socialização de jovens cujos territórios foram destruídos parcial ou totalmente foi relevante também por se tratar de um fenômeno sociológico recorrente, como no caso das populações vitimizadas por guerras, crimes, desastres ou pela construção de grandes empreendimentos industriais ou hidrelétricos. Dessa forma, mesmo que a realidade dos jovens atingidos pelo desastre seja específica, reconhecemos que algumas questões que examinamos podem ser vivenciadas por outros indivíduos ou outras comunidades.

Metodologicamente, a abordagem qualitativa compreendeu todo o percurso, desenvolvido por meio de análise bibliográfica, análise documental e pesquisa empírica. Estudos da Sociologia das Juventudes, da Sociologia da Educação e da Sociologia dos Desastres ampararam teoricamente a análise (Oliveira, 2021; Ortiz López, 2020; Reis, 2019; Santos, 2018; Valencio, 2009; 2019a; 2019b). Para o exame das estigmatização enfrentada por parte da população atingida pelo desastre, o que inclui os participantes da pesquisa, foram consultados os trabalhos de Erwin Goffman (1981), Jean-Claude Croizet e Delphine Martinot (2003), Norbert Elias e John Scotson (2021) e Vincent de Gaulejac (2006), entre outros. A análise documental foi baseada em documentos das escolas atingidas, relatórios técnicos e jurídicos sobre o desastre, e em matérias publicadas pelo jornal *A Sirene*, produzido pela população atingida de Mariana-MG e de Barra Longa-MG desde 2016.

O trabalho de campo foi realizado por meio de entrevistas reflexivas. Os discursos dos jovens foram analisados para possibilitar uma reflexão contínua de sua socialização juvenil em contextos de desterritorialização e de estresse individual e coletivo, e organizados por meio de perfis de configuração centrados nas experiências individuais, porém sem perda da capacidade de generalizar os dados obtidos (Lahire, 1997). Nossa proposta foi refletir sociologicamente sobre as informações geradas na interlocução com os jovens, centro do nosso foco investigativo, em uma sociologia à escala individual embasada em uma orientação interpretativa definida teoricamente.

Foram, então, entrevistados 12 jovens de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Camargos. Conforme os preceitos do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto,

nossos interlocutores receberam nomes fictícios escolhidos por eles: Jade, Rafaela, Gabriela, Paulinho, Mikasa, Anne, Isla, Álex, Teresa, Maria Júlia, Hulk e Anna Laura. Cursavam do 1º ao 3º ano do Ensino Médio em escolas públicas e privadas, estaduais e federais, de Mariana-MG e Ouro Preto-MG. Tinham entre 14 e 17 anos, havia nove moças, uma jovem não binária e dois rapazes. Com relação à autodeclaração de cor/raça, eram nove pardos, uma preta, uma negra e uma branca. Todos pertenciam às camadas populares, somente duas contavam com a presença paterna nos domicílios, quatro não possuíam contato com os genitores, e três foram criados por avós. Exceto o pai de Isla, os demais familiares ascendentes não chegaram ao Ensino Superior e vários trabalhavam em atividades subalternizadas relacionadas à mineração.

Neste artigo, organizado em quatro seções, foi focado o problema da estigmatização e do sofrimento enfrentado pelos jovens entrevistados – e por uma parcela significativa das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Na primeira seção, os processos de desumanização das populações atingidas por desastres, com estigmatização e quadros de intenso sofrimento, foram discutidos a partir da teoria. O caso das comunidades vitimadas de Mariana-MG foi abordado na segunda seção. Nas duas seções subsequentes, a partir da análise de trechos das 12 entrevistas com os jovens participantes da pesquisa, refletimos sobre sua condição de deslocamento, sobre como estavam vivendo suas experiências juvenis diante de um quadro crítico de estresse individual e coletivo, e como enfrentavam o sofrimento e as situações de estigmatização.

### **Populações atingidas por desastres: desumanização, estigmatização e sofrimento**

Grupos étnicos politicamente minoritários e comunidades economicamente vulnerabilizadas são as mais expostas às crises sociais e aos danos provocados por grandes empreendimentos minerários ou por desastres relacionados a eles, que acentuam as dificuldades experimentadas. As consequências negativas envolvem fragilidade dos laços sociais, empobrecimento, perda dos locais de moradia e das fontes de renda, marginalização, vulnerabilidade e sofrimento, entre outras (César; Carneiro, 2017; Valencio, 2019a; Zhouri, 2019).

Ao serem vitimadas por desastres, as pessoas atingidas têm, diante de si, um quadro coletivo trágico que pode se estender por anos e fragilizar ainda mais seus contextos de vida, com prejuízo das relações sociais, de seus bens materiais e imateriais (Valencio; Valencio, 2018). Nessas relações de vizinhança assimétrica, mesmo em desastres cuja responsabilidade é inquestionável, as empresas frequentemente ficam impunes e possuem poder e habilidade de criar discursos que as isentam de culpa ou que as tornam vítimas dos desastres que elas causaram, como aconteceu após o rompimento da Barragem de Fundão (Valencio, 2019a).

Um desastre marca o início de um processo repentino de incertezas, com avaliação das perdas, desestruturação de rotinas, desarticulação das relações familiares e comunitárias, desorganização das condições de sobrevivência, privação econômica, rearranjo da administração dos tempos subjetivos e cronológicos, desamparo e opressão, sofrimento físico, mental, emocional e moral (Valencio, 2019b; Zhouri, 2019). Na prática, experiências com desterritorialização, geralmente involuntárias, também tendem a resultar em crise social, indenizações injustas, dissolução de comunidades, populações camponesas forçadas a migrar para espaços urbanos e desconsideração das perdas simbólicas (Fernandes, 2008).

Pesquisas sobre as consequências de desastres também evidenciam que as comunidades vitimadas enfrentam problemas relacionados ao aumento das desigualdades de gênero, insegurança, estigmatização e violência, além de desinformação e perda das referências históricas, dos territórios e das fontes de renda (Barbosa; Giongo; Mendes, 2018; Fernandes, 2008; Santos, 2018; Valencio, 2019b; Zhouri, 2019). Os mesmos estudos demonstram que a saúde física e mental é afetada e há elevação dos casos de abuso de álcool e outras drogas, estresse, depressão e suicídio. A perda da cultura, das referências históricas e o saudosismo fragilizam esses grupos (Barbosa; Giongo; Mendes, 2018). Apesar disso, ainda são poucas as análises nas áreas de Psicologia e de Ciências Humanas e Sociais sobre o tema (Barbosa; Giongo; Mendes, 2018), mesmo em Minas Gerais, onde aconteceram dois importantes rompimentos de barragens nos últimos anos, em Mariana (2015) e Brumadinho (2018), que afetaram ecossistemas inteiros na Bacia do Rio Doce e na Bacia do Rio Paraopeba.

A situação de vulnerabilidade das populações atingidas por desastres se agrava diante da ausência de atuação governamental no sentido de viabilizar uma reparação justa, integral, célere e que assegure uma escuta individual e coletiva desses grupos (Valencio, 2009; 2019a). A ausência de políticas compensatórias eficientes fortalece a sensação de desamparo percebida por indivíduos atingidos e agrava sua condição mental. Na prática, essas populações têm contado com o apoio de suas redes informais, compostas por familiares e pessoas que compõem seus grupos de pares, uma estratégia que não é capaz de oferecer reparação justa e integral (Fernandes; Boehs; Heidemann, 2013). Também opera uma lógica enviesada de resiliência, mais uma consumação do abandono social e da inação do Estado (Valencio, 2019a), porque reforça a ideia de que populações atingidas por desastres têm a capacidade de se adaptar, individual e coletivamente.

Em desastres que envolvem desterritorialização e reterritorialização compulsória, os indivíduos afetados perdem o controle sobre seus espaços materiais, econômicos e simbólicos, o que repercute em outros aspectos das suas existências. Por sua vez, os processos de reparação tendem a resultar em indenizações injustas, na impossibilidade de retorno a uma vivência comunitária, em populações camponesas forçadas a migrar para espaços urbanos e na ausência de contemplação das

perdas simbólicas e imateriais (Fernandes, 2008), em uma constante violação dos direitos humanos em nome de uma agenda que visa ao acúmulo de capital, resguardada pela convivência do Estado (Barbosa; Giongo; Mendes, 2018; Oliveira, 2021).

Em uma análise das dimensões políticas e psicossociais relacionadas ao colapso de barragens, Norma Valencio (2009, p. 181) afirma que uma lógica da fatalidade pode fazer parte de uma “narrativa bem urdida como o esteio representacional conveniente para diluir responsabilidades e dar opacidade à tecnocracia e omissão, que são as causas mais frequentes de desastres”. Rompimentos de barragem devem ser compreendidos como acontecimentos sociopolíticos, e não apenas como “tragédias”, porque afetam populações inteiras, geralmente empobrecidas e vulnerabilizadas, e tendem a ser a decorrência de uma série de riscos mal gerenciados ou ignorados. Há um descaso sistêmico com essas pessoas, famílias e comunidades, que não têm a menor possibilidade de evitarem seu destino, porque a lógica do capital e de um suposto desenvolvimento econômico desconsidera ecossistemas inteiros e a dimensão humana, social e simbólica das populações que habitam esses territórios.

Recorrente em casos de desastre, o enfrentamento de situações de estigmatização torna esse quadro social ainda mais complexo (Oliveira, 2021; Lebourg, 2024; Valencio; Valencio, 2018; Valencio, 2019b). A estigmatização, de acordo com Elias e Scotson (2021), é um processo elaborado a partir de um entendimento coletivo que resulta na inferiorização de um grupo social e que opera por meio de fofoca, vexação e exclusão social. Goffman (1981) refletiu sobre os efeitos do estigma e assinalou que, quando um indivíduo é estigmatizado, suas relações sociais são afetadas, porque ele é encarado como uma pessoa com falha de caráter, moralmente inferior e desqualificada. As consequências de situações vexatórias, como a humilhação e a vergonha, podem gerar, em indivíduos vitimizados por desastres, a percepção de que são culpados por isso. Em diversos casos, eles não falam sobre a estigmatização enfrentada, o que afeta sua autoestima e agrava sua condição de vulnerabilidade, insegurança e impotência (Croizet; Martinot, 2003; Gaulejac, 2006).

### **Pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão: algumas consequências do desastre**

No caso do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana-MG, estudos sobre a população atingida têm evidenciado o impacto da perda de sua relação simbólica com os territórios de origem. Muitos viviam ali desde o nascimento, tinham animais de estimação e de criação, hortas e pomares, em um estilo de vida interiorano e com uma rede de suporte social estabelecida. A ruptura desses laços familiares, comunitários e sociais se materializou, entre outros aspectos, com a perda do acesso

a um território em que todos se conheciam. O deslocamento compulsório para a sede do município também gerou medo e insegurança, uma vez que as pessoas atingidas passaram a viver em um local com padrões de vida diferentes, o que resultou em instabilidade e na necessidade de uma complexa reorganização social (Lebourg, 2024; Oliveira, 2021, Santos, 2018; Santos; Sol; Modena, 2020).

Além disso, o desastre provocado pelo rompimento da Barragem de Fundão não foi capaz de gerar uma discussão ampla a respeito de como alterar a forma como governos, empresas e sociedade materializam sistemas produtivos e sua relação com o desenvolvimento econômico. Isso foi evidenciado pelos discursos das mineradoras e de autoridades políticas que tentaram atribuir o desastre a uma fatalidade em função do excesso de chuvas, o que não foi comprovado (Valencio, 2019a). A negligência do Estado e das empresas envolvidas também se manifestou em uma gestão de danos institucional, ineficiente e focada nos seus próprios interesses (César; Carneiro, 2017; Milanez *et al.*, 2018; Zhouri *et al.*, 2016), que favoreceu a consolidação de um discurso de que, diante da paralisação das atividades e das perdas financeiras da Samarco, ela também seria uma vítima.

Nesse desastre, as mineradoras Samarco, Vale e BHP definiram um modelo de gerenciamento dos danos no qual o princípio da centralidade do sofrimento das vítimas não foi prioridade (Milanez *et al.*, 2018). Nos primeiros meses após o rompimento da barragem, consolidou-se um contínuo processo de violação de direitos das populações atingidas, em que foram estabelecidos arranjos institucionais, judiciais e extrajudiciais favoráveis às empresas e baseados em um modelo comercial, voltado à redução dos custos e com acordos de conciliação – medida cabível juridicamente em caso de conflitos, e não de crimes (Zhouri *et al.*, 2016).

Em Mariana-MG, município com desigualdade de renda acentuada, mesmo após a constatação dos danos provocados pelo rompimento da Barragem de Fundão, a defesa da mineração e de seu modelo operacional para assegurar o desenvolvimento econômico e a geração de empregos, vários deles precarizados, continuou legitimada, bem como os discursos que minimizavam a gravidade dos impactos socioambientais (Milanez *et al.*, 2018; Valencio, 2019a). Também se fortaleceu a dependência em relação aos programas assistenciais promovidos como estratégias de reparação do desastre (Ortiz López, 2020).

Nesse contexto de negação, as populações atingidas de Mariana-MG e da Bacia do Rio Doce se tornaram vítimas de interpretações que atribuíam a elas a responsabilidade pelos entraves nas atividades das mineradoras, o que ainda tem acontecido com outros grupos atingidos. Tão logo o MPMG determinou a paralisação das atividades da Samarco, o que resultou em perda da arrecadação municipal e de empregos, começou a circular uma lógica de responsabilização das comunidades atingidas de Mariana-MG, que se tornaram alvo de assédios, boatos, difamações e estigma, como

acontece com outros grupos atingidos por grandes empreendimentos hidrelétricos ou por desastres em outras partes do país (Oliveira, 2021; Valencio; Valencio, 2018; Valencio, 2019b).

Para a população atingida pelo desastre de Fundão, as hostilidades enfrentadas também resultaram em isolamento social e dificuldade de estabelecer novos vínculos sociais, o que, por sua vez, gerou ou agravou o sofrimento físico e mental (Santos, 2018). Quando as pessoas atingidas pelo desastre de Fundão foram percebidas como aproveitadoras por parte da comunidade, provavelmente, o que estava sendo ressaltado é esse suposto desvio de caráter, ainda que elas fossem as vítimas diretas do desastre (Goffman, 1981).

Pessoas que sofrem algum tipo de preconceito costumam apresentar mais tendência ao sofrimento mental e fragilidade da autoestima, aspecto observado em estudos sobre as comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, que ainda são chamadas de “pés de lama”, “da lama”, “marilama”, “vagabundas” ou, pejorativamente, de “atingidas” (Oliveira, 2021; Santos, 2018; Santos; Sol; Modena, 2020). No caso das comunidades atingidas pelo desastre, a rotulação e a estigmatização (com a lógica de que enriqueceriam às custas da mineradora e eram aproveitadoras) ganharam uma proporção importante, que resultou no agravamento do sofrimento e afetou especialmente os mais jovens.

As edições 0, 12, 19 e 43 do jornal *A Sirene*, publicadas entre 2016 e 2019, apresentaram relatos da população atingida de Mariana-MG e de outros municípios da Bacia do Rio Doce relacionados ao enfrentamento de situações de estigmatização. Um deles, da edição 0, publicada em fevereiro de 2016, trouxe a percepção de uma moradora atingida de Bento Rodrigues: “dizer que somos vagabundos, porque estamos brigando e conquistando direitos e recebendo a solidariedade – que é da maioria – é desconhecer o que somos e o que temos passado. Só quero o que é meu por direito. Não quero mais nada além disso” (*A Sirene*, fev. 2016, p. 3). Nota-se que, três meses após o rompimento da Barragem de Fundão, essas pessoas já estavam sendo estigmatizadas devido a uma lógica de falha de caráter (“vagabundas”), que impediria sua aceitação social, porque eram consideradas desqualificadas social e moralmente (Goffman, 1981).

O rompimento da Barragem de Fundão resultou, então, em perdas materiais graves e imediatas, em mortes e danos à saúde física e mental das populações atingidas, sem nenhuma garantia de reparação integral e justiça, mas com constante violação de direitos humanos. Em comunidades como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, seus territórios foram destruídos, além de parte de seus laços sociais, simbólicos, culturais e suas estratégias de manutenção da vida, por meio do trabalho. As perdas humanas, materiais, dos ciclos de vida, dos vínculos comunitários e das redes de suporte social, agravadas pela estigmatização, acentuaram o sofrimento físico, mental e social, e trouxeram forte prejuízo emocional e psicológico (Santos, 2018; Santos; Sol; Modena, 2020).

Os estudos abordados nesta seção demonstraram o reforço da lógica da fatalidade e um descaso sistêmico com as pessoas, famílias e comunidades atingidas. Esses indivíduos se depararam com a impossibilidade de ordenarem o mundo como, até então, o faziam. Havia persistência do sofrimento social da população atingida somada à falta de perspectivas quanto à reparação justa e integral, e acentuada pela atuação negligente do Estado e das mineradoras. Além disso, uma vez que indivíduos que são estigmatizados deixam de ser aceitos socialmente, esse processo pode ter afetado ainda mais o desenvolvimento de suas relações sociais e o fortalecimento de sua autoestima durante o processo de reterritorialização (Croizet; Martinot, 2003; Goffman, 1981). As populações juvenis, que já estão atravessando um período sensível de construção de autoimagem, identidades e valores pessoais, são afetadas especialmente por esses problemas, como evidenciaremos nas próximas seções, a partir dos dados gerados durante o trabalho de campo.

## **O problema do sofrimento para as juventudes atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão**

A experiência do sofrimento mental na juventude não é uma exclusividade da população atingida, mas é necessário reconhecer o contexto do desastre como potencial produtor de dificuldades de ordem psicossocial (Santos, 2018). Todas as pesquisas sobre as juventudes atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão discutidas neste artigo evidenciaram que a experiência dos seus interlocutores foi negativamente afetada por essas violências simbólicas, materializadas por meio de preconceito e estigmatização (Bueno, 2019; Costa, 2019; Oliveira, 2021; Ortiz López, 2020; Santos, 2018; Lebourg, 2024).

Ainda que contemplem menos frequentemente as juventudes, o sofrimento de populações atingidas pelo rompimento de barragens e outros desastres é foco de interesse da Sociologia. Publicações sobre o tema não enfocam ou não se aprofundam em aspectos coletivos e sociais relacionados à saúde mental de crianças e, menos ainda, de adolescentes e jovens que enfrentam esses contextos (Santos, 2018). A partir da tese que originou este artigo, observamos que, no contexto do desastre provocado pelo rompimento da Barragem de Fundão, sua longa duração, cujas consequências e violações se arrastam há mais de nove anos, é outro fator que compromete a forma como se vive essa fase da vida (Lebourg, 2024).

Com as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo destruídas e a remoção forçada da população sobrevivente para outros territórios e, no caso de Camargos, diante da necessidade de crianças, adolescentes e jovens terem de estudar na sede de Mariana-MG devido à destruição da escola do Bento, que frequentavam para cursar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ocorreu uma fragilização dos seus laços sociais, ao mesmo tempo em que sua experiência socializadora se

expandiu em variadas medidas. Outros desafios se impuseram a eles e tornaram sua chegada à juventude ainda mais complexa, como o sofrimento físico, mental e o enfrentamento de situações de estigmatização.

Eram diversas as dificuldades de adaptação desses jovens diante da necessidade de se reorganizarem social e comunitariamente. Álex, jovem atingida de Paracatu de Baixo, sintetizou essa experiência como “uma grande mudança, uma perda, um trauma”. Depois de tanto tempo, eles chegaram à juventude na sede ou em outras localidades de Mariana-MG e estavam expostos à descoberta do novo e à oportunidade de viverem em um espaço diferente, mas também havia sofrimento mental, vulnerabilidade, relatos de nostalgia (Lebourg, 2024).

Durante a pesquisa empírica, observamos que todos os 12 jovens ouvidos falaram sobre dificuldades importantes relacionadas aos traumas provocados pelo desastre iniciado com o rompimento da Barragem de Fundão. A dimensão de sofrimento foi expressiva, com relatos sobre lutos, traumas, depressão, crises de ansiedade e enfrentamento da estigmatização, e se manifestou de diversas formas, com adoecimento físico e mental. Anne, jovem atingida de Bento Rodrigues, relatou: “eu não podia escutar barulho nenhum que o meu coração ficava agitado [bateu no peito]. Eu ficava com medo, sem ar”. Ao relembrar o evento crítico da tarde de 5 de novembro de 2015, Teresa, também de Bento Rodrigues, constatou: “pior que é uma situação que a gente lembra como se fosse ontem”. Durante algum tempo, a jovem tinha pesadelos com barragens se rompendo.

A destruição dos seus territórios acarretou um processo de decodificação do mundo em estado de desordem (Valencio, 2009), com dificuldades agudas de “aceitar a nova realidade”, nas palavras de Mikasa, jovem atingida de Bento Rodrigues, e inaugurou uma fase de “adaptação na marra”, como sintetizou Jade, do mesmo subdistrito: “dava vontade de voltar, e não tinha como voltar, porque não tinha o Bento. [...] a gente foi obrigado a ficar aqui. Não tinha outra opção: ou fica ou fica”. Muitos mencionaram a dificuldade em compreender o que havia acontecido e, até 2015, alguns não sabiam o que era uma barragem de rejeitos, tampouco conheciam seus riscos, que envolviam a possibilidade de rompimento e consequente destruição de territórios e da natureza, com perdas de vidas humanas e não humanas. Seus relatos a respeito da rotina nos subdistritos antes do desastre eram repletos de saudosismo, como no caso de Gabriela, jovem atingida de Camargos, que contou: “se pudesse voltar no tempo, eu voltava naquela época do Bento, revivia tudo, todo mundo era grudado no outro. Todo mundo conhecido, aquela comunidade, aquele lugar perfeito, voltava no tempo com certeza”.

Assim como no estudo que desenvolvemos, outras pesquisas verificaram que, com a reterritorialização compulsória após o evento crítico, houve perda de liberdade, com o fim das brincadeiras nas ruas dos subdistritos, mais seguras e com pouco movimento de automóveis, quando conviviam com colegas de diversas idades (Bueno, 2019; Oliveira, 2021; Santos, 2018; Lebourg,

2024). A respeito de Bento Rodrigues, Teresa comentou: “por ser cidade [*sic*] pequena, nem passava carro, então ninguém nem preocupava de ser atropelado, de ser roubado, nem nada”. Com o deslocamento para a sede do município, também operou um processo de isolamento social diante da transição violenta e traumática e da tentativa de evitarem exposição pública, geralmente acompanhada de julgamentos e estigmatização. As crianças passaram, então, a brincar dentro das residências provisórias, sem contato com as amigas e os amigos das comunidades, e a assistir mais televisão (Bueno, 2019). Anne tinha medo de “pessoas maldosas” e a família de Hulk, jovem atingido de Paracatu de Baixo, não permitia que ele brincasse na rua diante do temor de que fosse sequestrado: “vai lá saber o que os outros vão fazer com a gente, né?”. Gabriela, que não perdeu sua moradia, no subdistrito de Camargos, mas passou a ir à sede de Mariana-MG para estudar, também compartilhava dessa percepção: “a vida era uma, sua vida mudou pra outra, não é a mesma”.

Espaços de produção de experiências sociais plurais, nas escolas, os estudantes constroem significados sobre si mesmos, sobre os outros e sobre sua realidade. As trajetórias juvenis individuais são configuradas e reconfiguradas constantemente ao longo de suas experiências escolares (Reis, 2019). Para as crianças, os adolescentes e jovens atingidos por Fundão, a perda dos espaços escolares representou uma ruptura brusca dos seus laços sociais, simbólicos e de pertencimento (Oliveira, 2021). Hulk, que até 2015 estudava em tempo integral na escola de Paracatu de Baixo, entendia que, na instituição, “era todo mundo família”.

Após o início do desastre, esses espaços, agora em novo território, voltaram a ser uma referência comunitária capaz de tentar assegurar a manutenção de alguns vínculos, e representaram a possibilidade de os estudantes se encontrarem com mais frequência. Anne contou que reencontrar os colegas na escola representou um alívio: “todo mundo se acolhendo, todo mundo tranquilo, porque todo mundo já conhecia todo mundo”. Isso compensou, para alguns e parcialmente, a redução do convívio social com a população dos subdistritos destruídos e amenizou as dificuldades de estabelecerem novos vínculos sociais durante o processo de reterritorialização, percebido como uma situação provisória em que parecia não compensar o esforço de conhecer novas pessoas (Oliveira, 2021; Ortiz López, 2020). A esse respeito, quando questionada sobre os motivos que a impediram de fazer novos amigos na sede de Mariana-MG, Mikasa respondeu: “tipo assim, um lugar novo, pessoas novas e também por eu ser do Bento, uma atingida, e as pessoas ficarem meio que julgando a gente, fazendo bullying, esses negócios”.

Já evidenciamos que quadros trágicos e sociopolíticos coletivos, com devastação de territórios, culturas, bens materiais, relações sociais e senso de comunidade, resultam ou agravam as condições de saúde, de sofrimento mental e distúrbios traumáticos de populações atingidas por desastres, o que inclui os jovens, uma condição comum a vítimas de desastres (Valencio, 2009;

Barbosa; Giongo; Mendes, 2018; Santos, 2018; Zhouri *et al.*, 2016). A esse respeito, os participantes da pesquisa relataram perda de apetite e de peso, dificuldades para ficarem sozinhos, medo de escuro, de barulhos altos ou do silêncio, falta de disposição para saírem, problemas com raiva, insônia, paranoia, entre outros sintomas e consequências. Álex contou que vivia em estado de alerta: “olhava na janela e, se tudo tivesse vazio, eu entrava em pânico, achava que tinha acontecido alguma coisa”. Com receio de ter uma crise de ansiedade, a jovem evitava conversar com seus familiares sobre o desastre: “prefiro ficar só tipo: ‘não, não aconteceu nada’”. Quando escutava barulhos altos, Anna Laura, jovem atingida de Bento Rodrigues, temia que fosse o rompimento de outra barragem. A violência de processos de desterritorialização compulsória, nesses casos, levou a uma condição aguda de insegurança e vulnerabilidade (Fernandes, 2008).

Os jovens interlocutores da pesquisa enfrentaram o luto pela perda de familiares, vizinhos, colegas de escola e animais de estimação. Alguns deles conviviam com as duas crianças de Bento Rodrigues mortas por Fundão, o que acentuou e prolongou seu sofrimento, como discutido em estudos sobre os efeitos da construção de hidrelétricas ou de desastres sobre populações atingidas e historicamente vulneráveis no Brasil (Barbosa; Giongo; Mendes, 2018; César; Carneiro, 2017; Valencio, 2009). A respeito da morte do colega, Maria Júlia, jovem atingida de Bento Rodrigues, contou: “ainda sinto muita falta dele. Até na formatura, coloquei foto dele lá, de lembrança, pra todo mundo lembrar dele. [...] depois que ele morreu, fiquei meio assim, mas acostumei. Não acostumei, lidei, aprendi a lidar e estou seguindo”.

Assim como a população adulta, os participantes da pesquisa mobilizaram recursos para enfrentar as dificuldades e o adoecimento – ainda que essas estratégias não dispensem a responsabilidade das mineradoras e do poder público (Valencio, 2019a). Na infância, vários deles foram acolhidos no serviço de atenção à saúde mental destinado às pessoas atingidas de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, porque seus familiares e eles mesmos reconheceram que precisavam de acompanhamento psiquiátrico e psicoterapêutico. Anne percebeu sua saúde mental abalada e precisou de apoio terapêutico: “às vezes, fico com um aperto no peito e é bom jogar as coisas pra fora”. Maria Júlia explicou o que a levou a ser encaminhada a um atendimento psicoterapêutico: “pra mim, foi muito traumático. Tive que ir pra psicóloga, porque eu não estava conseguindo entender por que aconteceu aquilo, mas, depois, a gente vai crescendo, vai entendendo, sabe?”.

Outros obtiveram suporte na fé, como Rafaela e Teresa, ou no amadurecimento precoce, como Jade e Anne, todas de Bento Rodrigues. “Fico numa alegria que não sei explicar”: assim Rafaela sintetizou sua experiência social com as novas amizades feitas na igreja evangélica que passou a frequentar na sede de Mariana-MG. Anne descreveu sua capacidade de amadurecer, entre outras

características, por ter aprendido a ver “maldade nas pessoas, o que as pessoas são capazes de fazer, as pessoas são capazes de julgar sem ao menos te conhecer”. Houve quem buscasse “rituais de passagem”, como Álex, que fez seis tatuagens para ressignificar suas experiências mais desafiadoras. Isla retornou ao Bento de origem para tentar superar seu “trauma de barragem”: “me lembro de ter chorado nesse dia, passando de carro nas ruas, é uma sensação que transcende o entendimento da gente. A gente vê toda a nossa infância parada ali, deixada de lado”.

Boa parte desses jovens tinha memórias confusas relacionadas aos primeiros momentos após o rompimento da barragem. Acreditavam, por exemplo, que deixaram de estudar por meses, mas a interrupção das atividades escolares durou cerca de 15 dias. Isso pode ser explicado pela conjugação de alguns fatores: eram crianças pequenas, passaram-se anos do evento crítico e foi um momento estressante e traumático, cujas memórias podem ter sido bloqueadas como estratégia de regulação mental. Maria Júlia, Paulinho, Hulk e Álex se recordavam pouco da infância e das escolas dos territórios de origem, o que reforça o argumento de que dificuldades relacionadas à memória são um reflexo de contextos de sofrimento social (Santos; Sol; Modena, 2020).

“Um dia antes da barragem estourar, a gente tinha feito uma casinha num pé de goiaba, aí a lama levou”: Maria Júlia e todos os jovens entrevistados durante o trabalho de campo estavam lidando com as consequências de um desastre ainda em curso e que resultou em um sofrimento com dimensões incalculáveis. Suas vidas foram afetadas permanentemente, mas, de formas diferentes, eram acolhidos por seus familiares, pelas comunidades escolares, por outros grupos, como nas igrejas e no centro de apoio psicossocial (Lebourg, 2024; Ortiz López, 2020; Santos, 2018). Apesar de tantas dificuldades, eles também passaram a enfrentar os problemas gerados pela estigmatização oriunda de parte da população marianense, conforme detalharemos na próxima seção.

### **Jovens atingidos pelo desastre e estigmatização**

Os constrangimentos aos quais os jovens são submetidos – como no caso daqueles atingidos pelo desastre de Fundão – também podem afetar suas trajetórias escolares, suas experiências familiares, afetivas e sociais, e sua inserção profissional (Sposito; Tarábola, 2017). Os jovens atingidos que participaram desta pesquisa relataram situações de estigmatização enfrentadas por eles ou por seus familiares. Isso impactou suas experiências, porque gerou sofrimento e afetou negativamente a construção de suas subjetividades (Costa, 2019; Oliveira, 2021; Lebourg, 2024).

Conforme mencionamos, além do sofrimento individual e coletivo, a população atingida realocada provisoriamente na sede de Mariana-MG passou a ser vítima de estigmatização por parte de alguns moradores que atribuíam a eles a responsabilidade pela paralisação das atividades da

mineradora responsável pelo rompimento da Barragem de Fundão. Esse processo de estigmatização, com fofocas, vexação, ameaças e exclusão social, operou de forma similar ao que Norbert Elias e John Scotson (2021) encontraram em seu estudo de caso e foram inúmeros os relatos a esse respeito, como desvelaremos na sequência.

Para tentar reordenar o ano letivo, as escolas de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo passaram a funcionar, ainda em novembro de 2015, em um prédio compartilhado com outra instituição de ensino municipal. Na prática, isso significou o enfrentamento de um novo trauma, porque os estudantes atingidos vivenciaram situações frequentes de estigmatização no espaço escolar e no seu entorno: foi “uma experiência horrível, filme de terror”, lembrou Maria Júlia.

Todos os jovens participantes da pesquisa que estudaram naquele espaço contaram sobre situações de bullying e outras violências experimentadas, em que foram tratados como indivíduos moralmente inferiores e particularmente afetados pelo preconceito (Elias; Scotson, 2021; Goffman, 1981): “foi a pior escola”, concluiu Rafaela. Foram rotulados como “da lama”, “pé de lama”, “sem casa” e “marilama” por estudantes que ocupavam o espaço no contraturno. Escutaram que deviam ter morrido no desastre e sofreram com situações de deboche e agressões físicas, como aconteceu com Mikasa, quando um grupo de estudantes a xingou e puxou seus cabelos em uma celebração do Dia das Crianças: “elas meio que ficaram debochando, sabe, caçoando de mim e continuaram a puxar o meu cabelo. Aí, nisso, peguei o meu algodão doce, saí da fila, fui pra um canto e fiquei lá chorando horrores”. Gabriela refletiu: “eles não sentiam na pele o que os meninos estavam sentindo. Quem correu da barragem sabe como é o sofrimento, e os outros faziam piadinha, então mexia com todo mundo”. Por sua vez, Anne tentou compreender as atitudes dos outros estudantes:

foi uma mudança pra eles também, ter que lidar com mais pessoas que eles não conheciam. Só que isso não dá o direito deles tratarem a gente do jeito que eles trataram [...]. A gente queria entender o motivo de ser tratado daquele jeito sendo que, no momento, o que a gente precisava era de acolhimento, porque perder tudo é uma coisa, né?

Fora da escola, os jovens e seus familiares também experimentaram estigmatização e ameaças de agressão física, como aconteceu com parentes de Isla e que Anna Laura definiu como uma “tortura psicológica”. Apesar de não ter sofrido nenhum preconceito diretamente, Teresa percebia a tentativa de atribuírem a culpa sobre a destruição de Bento Rodrigues à própria comunidade, e não às mineradoras. Segundo ela, o acolhimento inicial deu lugar à estigmatização da população atingida e era comum escutar que o “problema era do Bento, que construiu debaixo da barragem”, em um efeito prolongado do que Norma Valencio (2019a) definiu como relação de vizinhança assimétrica. A jovem também relatou que a comunidade atingida era julgada por, supostamente, ter enriquecido em função das indenizações e das políticas de reparação: “muitas vezes, a gente fica até meio com medo de falar que é do Bento”. Maria Júlia observou que as pessoas atingidas estavam sendo julgadas: “você é do

Bento, tem dinheiro”. Hulk não se sentiu bem recebido quando foi morar na sede de Mariana-MG: “tudo do pessoal era jogar na cara que a gente tinha dinheiro”. Álex contou que já havia escutado que as pessoas atingidas eram “arrogantes, porque tinham dinheiro”. Anna Laura se sentiu, segundo suas palavras, “menos pessoa” em uma situação em que ela e a mãe entraram em um ônibus e escutaram mulheres falando que outra barragem deveria se romper e matar a população atingida por Fundão, ao que ela ponderou: “se vier em Mariana, ela seria afetada, não entendi esse raciocínio dela”.

Vários dos nossos interlocutores, como Hulk e Maria Júlia, avaliaram que esse tipo de preconceito continuava existindo. Prova disso é que, em 2023, mais de oito anos após o desastre, quando as primeiras casas dos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu ficaram prontas, a população atingida ainda era vítima dele. Anne contou que escutava comentários como: “você tá vendo esse pessoal do Bento fazendo paralisação [para chamar a atenção das autoridades para o atraso das obras], mas você viu as casas deles lá no reassentamento? Só mansão!”. Isso pode ser explicado porque, diante da longa duração dos desastres, que ultrapassa o tempo do evento crítico, costuma haver uma percepção de parcela da sociedade de que as pessoas atingidas são indolentes, aproveitadoras e oportunistas (Valencio; Valencio, 2018; Valencio, 2019b; Oliveira, 2021).

Assim como aconteceu com relação aos quadros de sofrimento físico e mental, os jovens atingidos precisaram encontrar alternativas para resistir a esse aspecto da crise que estavam enfrentando, com preconceito recorrente e prolongado. A importância das redes de suporte social foi observada em estudos com populações atingidas por barragens ou outros desastres (Fernandes; Boehs; Heidemann, 2013) e, no contexto desta pesquisa, eles foram apoiados principalmente por suas famílias e pelas comunidades escolares, o que explica, pelo menos parcialmente, o fato de a maioria ter mantido bom desempenho escolar no Ensino Fundamental (Lebourg, 2024).

Eles também materializaram estratégias de ordem psíquica para lidar com o estresse coletivo e individual (Valencio; Valencio, 2018). Rafaela, por exemplo, se preparava emocionalmente para ir à escola em 2015 e 2016: “as coisas que estão dizendo não são verdade, eu vou ter que escutar de qualquer jeito, mas eu vim aqui pra estudar”. Jade agia de forma similar: “eu não deixava aquilo interferir na minha vida. Sempre fui uma pessoa muito forte, sempre soube diferenciar as coisas, sabe? Então eu nunca deixava nada, nem os traumas, nem o que eu tinha vivido, interferir na minha vida escolar, pessoal, nada”.

Para se preservarem de julgamentos, Jade, Anne, Isla, Álex e Maria Júlia não contavam que eram pessoas atingidas. Nesse sentido, Álex explicou: “não falo pras pessoas que vim de Paracatu, que sou atingida, porque sou uma pessoa que tem medo de ser recebida com agressividade em qualquer situação”. Frequentemente, não revelavam sua relação com o desastre nem para pessoas mais próximas, como no caso de Anne, que criou laços fortes de amizade durante o Ensino Médio,

mas dizia que era de Mariana-MG, e não de Bento Rodrigues: “a gente vai ser julgado até... Nem quando isso passar, tenho certeza, a gente vai deixar ser taxado como aproveitadores, só que é um direito nosso, entendeu? Então até evito falar por motivo de não querer que me olhem diferente. [...] Como moro lá, falo que sou de Mariana”. Ao contrário de Anne, Anna Laura não conseguiu fazer amizades na escola de Ensino Médio justamente pelo preconceito dos colegas: “virei outra pessoa, não falo um ‘a’, porque é muita gente que nem conheço, aí fico bem mais na minha”. Esse tipo de silenciamento, com a negação de suas origens, pode ser uma reação à violência, simbólica ou não, mas também pode causar um efeito contrário por seu potencial de agravar quadros de impotência, insegurança e vulnerabilidade (Gaulejac, 2006).

“As pessoas ficavam olhando de cara feia ou faziam uns comentários desnecessários, de mau gosto”, se recordou Mikasa. Para os jovens participantes da pesquisa, o desastre provocado pelo rompimento da Barragem de Fundão foi agravado pela revitimização, que acontecia de diversas formas, com a inoperância do Estado, a falta de agilidade das ações de reparação, diante das incertezas quanto à justiça e também pelo enfrentamento de situações de estigmatização que, em diversos casos, dificultaram ou impossibilitaram a criação de laços comunitários após a reterritorialização: “no geral, foi um processo muito difícil, porque, pra nós, que já morávamos lá [em Bento Rodrigues], não tinha muito isso de vir pra Mariana direto, a gente teve que se adaptar a várias coisas novas, várias adversidades, outras pessoas... Até falta de respeito a gente passou”, lamentou Rafaela.

Reconhecemos que representações negativas ou simplificadoras a respeito das juventudes ainda são frequentes na sociedade contemporânea. Eles continuam sendo percebidos a partir de uma ótica de irresponsabilidade, incoerência e rebeldia. Nem sempre recebem apoio diante das incertezas e angústias provocadas pela chegada da fase adulta (Corrochano; Abramo; Abramo, 2017; Dayrell; 2007; Lebourg; Coutrim; Campos, 2021). Em nossa pesquisa, essa lógica negativa e simplificadora foi agravada pelos contextos de vida dos jovens entrevistados, diante da experiência de perda dos seus territórios provocada por um desastre sem precedentes na história brasileira e por suas complexas consequências.

## **Considerações finais**

O rompimento da Barragem de Fundão marcou o início um desastre de proporções incalculáveis e que afetou profundamente milhões de vidas humanas e não humanas. Passados mais de nove anos do rompimento dessa estrutura de contenção de rejeitos, a reparação justa e integral das comunidades atingidas não foi garantida. Foi nesse contexto que as crianças sobreviventes e atingidas de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Camargos, subdistritos de Mariana-MG destruídos total ou

parcialmente pela lama de rejeitos, chegaram à juventude e tiveram de enfrentar outros desafios, além daqueles comuns à essa fase da vida.

Com o trabalho de campo, escutamos 12 jovens atingidos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Camargos. Eles estavam lidando com os traumas relativos à destruição total ou parcial de suas comunidades, com a ruptura dos vínculos sociais, as expectativas quanto à reparação, e com sofrimento físico e mental. Também enfrentavam situações de estigmatização por parte dos moradores da sede de Mariana-MG.

O conhecimento produzido durante a pesquisa acompanhou os resultados de outros trabalhos relacionados às juventudes e às populações atingidas por desastres, mas também revelou informações inéditas. Além dos desafios comuns à chegada à juventude, todos lidaram com lutos, estresse, traumas, depressão e crises de ansiedade. Alguns tiveram insônia, medo de ficar sozinhos, perda de peso, paranoia, entre outros sintomas. A destruição do território, a reterritorialização compulsória, a insegurança quanto à reparação e o constante processo de revitimização levaram à agudização de sua condição de vulnerabilidade.

Assim como a população adulta, esses jovens passaram a lidar com situações persistentes de hostilidade na sede de Mariana-MG. Todos contaram histórias sobre como eles ou seus familiares foram alvos de situações de estigmatização. Tinham medo de sofrerem novas violências, o que resultou na intensificação das estratégias de autopreservação. Isso representou mais um aspecto da crise iniciada com o rompimento da Barragem de Fundão, quando necessitaram materializar estratégias para lidar com esse quadro de estresse individual e coletivo, e alguns buscaram apoio psicoterapêutico, com suas famílias e nas comunidades escolares. Conforme mencionamos, vários não contavam que eram pessoas atingidas, um dado inesperado e que corrobora a defesa de que esses grupos juvenis necessitam ressignificar suas relações com os territórios de origem.

Ressaltamos que o tamanho da amostra não permite generalização dos resultados, mas os dados asseguraram importantes conhecimentos sobre o grupo estudado, que podem auxiliar no desenvolvimento de outras pesquisas sobre as juventudes atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão ou por outros desastres. Nessa fase da vida e influenciados pelos seus contextos sociais, suas subjetividades e condições materiais, eles foram refletindo sobre seus valores, comportamentos, amizades e desejos. Entre conflitos e contradições, desenvolveram e expandiram suas experiências socializadoras, mas o desastre marcou para sempre as suas vidas.

## **Agradecimentos**

Instituição financiadora: Universidade Federal de Ouro Preto

## Referências

A Sirene. E se fosse com você?, ed. 0, p. 3, fev. 2016. Disponível em:

[https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene\\_final\\_diogo\\_bx](https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx).

BARBOSA, Fernanda Escobar Fernandes; GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa. Construção de hidrelétricas e populações atingidas no Brasil: uma revisão sistemática. *Aletheia, Revista Interdisciplinar de Psicologia e Promoção da Saúde*, v. 51, n. 1-2, p. 165-176, jan./dez. 2018.

BUENO, Cecília. Bento Rodrigues: memória de um povoado destruído pela lama. *Revista Miguel*, n. 1, p. 3-18, jul./dez. 2019.

[10.17771/PUCRio.MIGUEL.46045](https://doi.org/10.17771/PUCRio.MIGUEL.46045)

CÉSAR, Paulo Sérgio Mendes; CARNEIRO, Ricardo. O rompimento da barragem em Mariana para as populações historicamente vulneráveis. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 2, n. 1, p. 223-240, jan./mar. 2017.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce*. Brasília/DF, 25 de maio de 2017. 58p.

CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena Wendel; ABRAMO, Laís Wendel. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 22, n. 36, p. 135-169, dec. 2017. (Dossier Educación y Trabajo)

COSTA, Elayne Neves da. *Os novos processos de escolarização dos estudantes da Escola Municipal Bento Rodrigues após o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana-MG*. 2019. 34f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

CROIZET, Jean-Claude; MARTINOT, Delphine. Stigmatisation et estime de soi. In: CROIZET, Jean-Claude; LEYENS, Jacques-Philippe Leyens (Eds.). *Mauvaises réputations: réalités et enjeux de la stigmatisation sociale*. Paris: Armand Colin, 2003, p. 25-59.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” a juventude? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1.105-1.128, out. 2007.

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 224p.

FERNANDES, Gisele Cristina Manfrini; BOEHS, Astrid Eggert; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss. O suporte social durante a transição familiar no pós-desastre natural. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v. 22, n. 4, p. 1.098-1.105, out./dez. 2013.

<https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000400028>

FERNANDES, João Luís Jesus. A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE ESTUDOS SOBRE

QUESTÕES SOCIAIS, 1., 2008, Póvoa de Varzim. *Anais [...]*. Póvoa de Varzim: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural, 2008, p. 423-447.

GAULEJAC, Vincent de. *As origens da vergonha*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2006. 240p.

GOFFMAN, Erwin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 160p.

LAHIRE, Bernard. Infancia y adolescência: de los tiempos de socialización sometidos a construcciones múltiples. *Revista de Antropología Social*, n. 16, p. 21-38, 2007.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder. São Paulo: Edições Ática, 1997. 367p.

LEBOURG, Elodia Honse. *Atravessando labirintinos: processos de socialização de jovens atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana-MG*. 2024. 316f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

LEBOURG, Elodia Honse; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação Coutrim; SILVA, Luciano Campos da. Juventude e transição para o Ensino Médio: desafios e projetos de futuro. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 102, n. 260, p. 82-98, jan./abr. 2021.

MILANEZ, Bruno; SOUZA, Tatiana Ribeiro de; CARNEIRO, Karine; ROLAND, Manoela Carneiro; LOSEKANN, Cristiana Losekann. Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce. In: LOSEKANN, Cristiana; MAYORGA, Claudia (Orgs.). *Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018, p. 123-148.

Ministério Público do Estado de Minas Gerais. *Caso Samarco: relatório de atividades da força-tarefa do MPMG*. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça, da Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e Urbanismo. Belo Horizonte: MPMG, 2016. 38p.

OLIVEIRA, Bárbara de. *Escola e produção de saberes: narrativas de jovens atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão*. 2021. 241f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

ORTIZ LÓPEZ, Diego Santiago. *O Bento das crianças: o (re)fazer da vida após o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana-MG*. 2020. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

REIS, Juliana Batista dos. Experiências juvenis de individuação: socialização familiar e escolar em narrativas biográficas. *Rev. Educ. Questão*, v. 57, n. 53, e17428, set. 2019.  
<https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n51id17428>

REIS, Juliana Batista dos; DAYRELL, Juarez. Experiências juvenis contemporâneas: reflexões teóricas e metodológicas sobre socialização e individualização. *Educação*, Santa Maria, v. 45, p. 1-23, 2020.  
<https://doi.org/10.5902/1984644439944>

SANTOS, Marcela Alves de Lima. *Eu quero minha liberdade de volta: saúde mental e atenção psicossocial junto aos adolescentes atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão*. 2018. 92f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, Marcela Alves de Lima; SOL, Núncio Antônio Araújo; MODENA, Celina Maria. Território e desterritorialização: o sofrimento social por desastre ambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. especial, p. 262-271, jul. 2020.  
<https://doi.org/10.1590/0103-11042020E218>

SETTON, Maria da Graça Jacintho; BOZZETTO, Adriana. Notas provisórias sobre a noção de socialização: uma leitura em periódicos da Educação (1998-2018). *Educ. Soc.*, Campinas, v. 41, e0227930, 2020.  
<https://doi.org/10.1590/ES.227930>

SPOSITO, Marília Pontes; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, e227146, p. 1-25, 2017.  
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227146>

VALENCIO, Norma. Desastre: do deslocamento involuntário ao descolamento social. In: SARMIENTO, Érica; ZAMPA, Vivian; PALMA, Carla Peñaloza Palma (Orgs.). *Movimentos, trânsitos & memórias: novas perspectivas (século XX)*. 1. ed. Niterói: Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (ASOEC), 2019b, p. 425-436.

VALENCIO, Norma. Vivência de um desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (Orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009, p. 176-196.

VALENCIO, Norma Felicidade. Desafios de resiliência comunitária frente à relações de vizinhança assimétricas. In: CASTRO, Edna Ramos de; CARMO, Eunápio Dutra do (Orgs.). *Dossiê Desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho*. Belém: NAEA: UFPA, 2019a, p. 243-250.

VALENCIO; Norma; VALENCIO, Arthur. O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres. *Lumina, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 12, n. 2, p. 19-39, mai./ago. 2018.

WEISS, Eduardo. Los estudiantes como jóvenes: el proceso de subjetivación. *Perfiles Educativos*, México, DF, v. 34, n. 135, p. 134-148, ene./mar. 2012.

ZHOURI, Andréa. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da Ecologia Política. In: CASTRO, Edna Ramos de; CARMO, Eunápio Dutra do (Orgs.). *Dossiê Desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho*. Belém: NAEA: UFPA, 2019, p. 43-52.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, jul./set. 2016.

### **Contribuição das autoras**

Autora 1 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autora 2 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

### **Declaração de conflito de interesse**

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.